

### A França revê o seu sistema contra a pirataria

O empresário francês Pierre Lescure, ex-presidente do Grupo Canal Plus, apresentou um relatório com o qual responde ao encargo que lhe fez François Hollande de rever a política de direitos de autor de produtos culturais. O relatório procura o equilíbrio entre evitar que as pessoas se acostumem a não pagar pela cultura, por um lado, e relaxar as medidas antipirataria, por outro.

A França tem desde 2009 uma impopular lei destinada a evitar as descargas ilegais de conteúdos *online*. Conhecida como lei Hadopi (Haute Autorité pour la diffusion des oeuvres et la protection des droits sur internet - nome do organismo que protege a propriedade intelectual na Internet), prevê uma resposta gradual, em três tempos, contra as infrações. Ao terceiro aviso, um juiz pode impor ao cibernauta uma multa até 1.500 € e suspender-lhe a ligação à Internet durante um mês.

Embora tenha havido poucas condenações até agora, a lei demonstrou ser eficaz pelo seu efeito dissuasor. Não obstante, o governo de Hollande considera que esta lei, aprovada nos tempos de Sarkozy, constitui um atentado contra a liberdade de acesso à Internet, reconhecida pelo Conselho Constitucional.

Uma das principais recomendações do relatório Lescure, que inclui 80 propostas, é precisamente relaxar as medidas antipirataria (o que inclui suprimir o organismo que deu nome à lei Hadopi). Entre outras coisas, propõe baixar o limite das multas de 1.500 para 60 €, e eliminar o castigo de tirar a ligação (que aliás já foi eliminado, pois, em julho de 2013, um decreto por proposta da ministra da Cultura, Aurélie Filippetti, acabou com esse castigo).

Ora, o relatório também prevê cautelas para proteger os criadores de conteúdos culturais, ao mesmo tempo que quer evitar que os consumidores se acostumem a não pagar por eles. Para isso, propõe criar um imposto de 1%

sobre a venda dos dispositivos conectados (computadores, *tablets*, *smartphones*...). A lógica é simples: dado que os consumidores estão a gastar mais dinheiro nos suportes do que nos conteúdos, parece lógico que os fabricantes desses dispositivos compensem, com parte das suas vendas, os músicos, cineastas e outros criadores.

Ao darem informações sobre o relatório Lescure, muitos meios de comunicação social estrangeiros referiram-se somente a esta taxa, apresentando-a como uma luta de poder entre o governo francês e os gigantes tecnológicos como a Apple ou a Google. O diário "Le Monde", pelo contrário, prefere apresentar esta revisão da política de direitos de autor como "um equilíbrio delicado" que reflete as contradições da esquerda: o desejo de defender os criadores, por um lado, e o de proteger os jovens que veem na Internet um espaço de liberdade, onde os direitos de autor importam muito pouco.

### Exclusão genética

Nos modernos pecados capitais um dos mais graves é excluir. Em qualquer atividade, não se deve excluir ninguém, ou pelo menos, não há que dizê-lo. Por se ter esquecido disso, meteu-se em águas turbulentas, Mike Jeffries, o administrador-delegado da marca de roupa Abercrombie & Fitch. Um livro recente ressuscitou as declarações que fez em 2006 à *web Salon*. "Não fazemos roupa para gordas nem para rapazes que não sejam *cool*", disse com sincera prepotência Jeffries. "Queremos pessoas bonitas nas nossas lojas. Empregados e clientes... Somos excludentes? Evidentemente".

Não era necessária muita intuição para compreendê-lo. As suas agressivas estratégias publicitárias de tom erótico e modelos masculinos belos e robustos que atendem nas suas lojas em tronco nu, revelam a que público se dirige. E não lhe correu mal: em 2011, por exemplo, a marca ganhou 40 milhões de euros.

Mas a demonstração de resultados pode debilitar-se, devido à tempestade que se formou nas redes sociais quando vieram à tona as declarações de 2006. Isso de excluir gordas, feios e fracos para ligar apenas às pessoas bonitas, pode arruinar a imagem de marca. Algumas estrelas anunciaram que não voltarão a fazer compras nestas lojas que não sabem tratar com dignidade e respeito toda a gente.

Tão feio se tornou o assunto, que Jeffries se viu obrigado a emitir um comunicado no qual assegura que, embora, "como muitas marcas, nos dirigimos a um certo tipo de clientes", no

entanto, “estamos fortemente comprometidos com a diversidade e a inclusão”.

É bonito este compromisso. Mas a realidade é que, no que se refere ao nascimento, a sociedade atual consagra o direito de excluir aquele que não supere certa nota de cariz genético cada vez mais alta. Basta ver a reação indignada com que alguns setores estão a atacar a ainda nascitura reforma da lei do aborto em Espanha, que, entre outras coisas, pretende exigir mais garantias para que não se possa eliminar qualquer feto sofredor de alguma anomalia. O direito a excluir apresenta-se aqui como direito a decidir.

A liberdade reprodutiva entende-se, assim, como o direito a um filho são. Num artigo que saiu no “El País” (21.5.2013), o filósofo Jesús Mosterin deixa claro este direito a excluir. Ao referir-se aos casos de síndrome de Down, diz respeitar os pais que os aceitam e se sacrificam por eles, embora em seguida os menospreze dizendo que “não costuma ser isso o que escolhe a maioria das pessoas razoáveis em qualquer país do mundo”. Pelo contrário, “os pais que preferem ter filhos capazes de viver uma vida humana em plenitude, também têm direito a abortar quando os dados genéticos lhes tenham sido desfavoráveis e a ensaiar uma nova partida”.

Conviria não perder de vista que nada garante que um filho de perfeita saúde não leve depois uma vida que cause amargura aos seus pais. Mas, de qualquer forma, o mais decisivo é que ao consagrar o direito de fazer abortar a criança que não seja “normal”, o legislador exclui o deficiente do direito à vida.

Com uma atitude esquizofrénica, a sociedade é cada vez mais sensível à integração de qualquer minoria, e mais insensível à exclusão pré-natal de quem não responde plenamente à normalidade genética. A eugenia imposta pelo Estado para evitar que a raça degenera parecer-nos-ia hoje um grave abuso, mas a eugenia privada pré-natal para evitar deficientes na própria família instala-se como direito.

Estabelece-se assim um duplo discurso. Tacitamente, admite-se que os pais têm direito a um filho são, embora depois se espere que as empresas não discriminem um deficiente. O síndrome de Down é apenas uma “capacidade diferente” se se tratar do emprego, mas uma “grave tara” se se tratar do aborto. Pedem-nos que mudemos o nosso olhar sobre as pessoas deficientes, mas impedem-nos de vê-las, porque o diagnóstico pré-natal é utilizado para erradicar os bebés com deficiências.

Por muito que hoje se faça o elogio das diferenças, o direito à exclusão pré-natal é tão radical como a preferência confessada da Abercrombie & Fitch pelas pessoas bonitas.

I. A.

## **Inglaterra: abriram novas escolas públicas de gestão autónoma**

A Inglaterra vive uma intensa batalha ideológica em torno da liberdade de ensino. Desde 2010, a Lei das Academias possibilita que pais, professores e outros grupos criem e assumam a gestão de escolas com financiamento público. Mas a União Nacional de Professores, o principal sindicato, não está disposto a que as autoridades locais, tão poderosas durante os 13 anos de governo trabalhista, percam a capacidade de decidir onde e quando se abrem escolas públicas e que características devem possuir.

Em setembro, abriram em Inglaterra 102 novas escolas de ensino gratuito, financiadas pelo Estado, que permanecem dentro do setor público, mas são geridas com autonomia por associações de pais ou de professores, organizações de beneficência, igrejas ou empresas. No ano letivo anterior estrearam 109. Quase metade das 3.200 escolas secundárias que existem em Inglaterra são academias autónomas, ou esperam a aprovação para passar a sê-lo.

A União Nacional de Professores não gosta que entidades não estatais tenham voz e voto no ensino público: “Já é altura”, afirma a sua secretária-geral, Christine Blower, “de que o governo mude a sua abordagem e autorize as autoridades locais a abrir novas escolas nas zonas onde existe verdadeira necessidade de lugares”.

Mas os dados do Ministério da Educação contradizem a opinião de que se estejam a abrir escolas desnecessárias. Num inquérito realizado entre 63 academias autónomas que abriram agora as suas portas, 55 disseram que tiveram mais pedidos do que lugares disponíveis e só 8 receberam menos. Em Inglaterra, 14.367 alunos aspiram a ocupar os 4.829 lugares oferecidos por essas escolas, o que significa uma média de 2,97 pedidos por lugar. Os mais requisitados são os do secundário.

Para Natalie Evans, diretora de uma organização de beneficência que presta assessoria aos que querem abrir este tipo de escolas, o auge de pedidos mostra “a sua esmagadora popularidade entre os pais de todo o país, seja por não existirem suficientes lugares nas escolas das suas zonas, seja porque não estão contentes com o que lhes é oferecido”.

Muito menos se pode dizer que as zonas escolhidas para abrir academias sejam especialmente dinâmicas: várias delas encontram-se nas zonas deprimidas do sul de Londres, onde a rede escolar Harries Academies se tornou famosa pelo seu prestígio.

Alguns pensam que a maior autonomia de que gozam estas escolas para desenvolver os seus próprios métodos pedagógicos, especializar-se num setor particular (tecnologia, idiomas, ciências, informática, arte...) e selecionar alunos e professores, favorece o elitismo. Não pensam o mesmo as “minorias seletas” que, desde setembro, recebem, por fim,

facilidades no ensino público: 15 escolas religiosas; duas promovidas pela Sociedade Nacional de Autismo; outra para alunos com problemas mentais...

Parece que sob a liderança de Ed Miliband, o Partido Trabalhista quer distanciar-se da herança estatista de Gordon Brown, sem chegar a aproximar-se totalmente da posição de Tony Blair, ele sim que adotou medidas a favor da diversidade e da autonomia no ensino público.

Num artigo "Academies are great, but could give more back" publicado no "The Telegraph" (14.9.2012), Stephen Twigg, responsável da oposição trabalhista para temas educativos, elogiou o sucesso académico destas escolas e lamentou não haver mais. A Mossbourne Community Academy abriu numa zona de condições sociais difíceis e agora encontra-se, ao fim de três anos consecutivos, entre as dez escolas com melhores resultados. A Business Academy Bexley está nos 10% das escolas que mais progrediram no país. A Manchester Academy conseguiu que 80% dos seus alunos obtivessem bons resultados nos exames finais do secundário (antes de se transformar em academia autónoma, só se destacavam 20% dos alunos).

Mas Twigg parece sentir falta do poder de decisão que até há pouco tempo tinham as autoridades locais. Na sua opinião, "as decisões seriam melhores se fossem tomadas pelas comunidades; por isso é que o Partido Trabalhista tem vindo a procurar a forma de devolver o poder à esfera local". Esquece Twigg que não são os ministros do governo que abrem as academias, mas os cidadãos que vivem nessas comunidades.

Noutro artigo "Michael Gove is winning the hearts of state heads" do "The Telegraph" (30.4.2013), Anthony Seldon, diretor da primeira escola pública que aproveitou a Lei das Academias para se transformar em escola autónoma, explica o cansaço de muitos diretores de escolas públicas perante as críticas constantes dos sindicatos do ramo a qualquer reforma educativa.

Numa conferência pronunciada em Nottingham, o ministro da Educação, Michael Gove, pediu-lhes uma mudança de mentalidade: em vez de esperarem tudo das autoridades locais, as escolas públicas deviam começar por procurar melhorar a preparação dos seus professores. Isto é coerente com o empenho de Gove em situar os docentes no centro da reforma educativa.

O que podia ter sido um mau momento para Gove, converteu-se num caloroso acolhimento. Seldon, que assistiu à conferência, escreve: "Estava surpreendido e encantado com aquilo que disse, mas estava ainda mais surpreendido ao ver as reações dos meus 150 colegas. Estou habituado a ver como os diretores das escolas públicas denigrem qualquer ministro da Educação, sobretudo se for conservador. Mas a maioria do público ouviu-o atentamente, e as perguntas mostravam apoio e entusiasmo".

J. M.

## “¿Para qué sirve realmente... la ética?”

Autor: Adela Cortina  
Paidós. Barcelona (2013).  
180 págs.

A editora Paidós iniciou com este livro uma coleção destinada a oferecer a essência de certas profissões e instituições as quais, apesar de serem cada vez mais questionadas, são imprescindíveis para qualquer sociedade prosperar. A autora, Adela Cortina, é catedrática de Ética e Filosofia Política na Universitat de València, membro da Real Academia de Ciencias Morales y Políticas, e destacada figura do pensamento espanhol contemporâneo.

O livro cumpre três objetivos. Em primeiro lugar, explica de forma acessível e rigorosa por que a ética é imprescindível para as pessoas e as sociedades. Longe de se limitar a uma função meramente cosmética – dar uma boa aparência às ações humanas – a ética está nas próprias entranhas da missão livre do ser humano. Em segundo lugar, a autora não se limita a apresentar uma justificação teórica da importância da ética, evidenciando-a igualmente com contínuas incursões na atualidade. Assim, coloca tanto a "lupa" ética sobre o fenómeno da corrupção, como sobre os problemas suscitados pela democracia representativa. Em terceiro lugar, Adela Cortina apresenta-nos a sua conceção da ética e a sua posição em muitos dos grandes desafios do momento. Neste sentido, o livro é uma boa síntese do seu pensamento.

Estruturado em nove capítulos, cada um aborda algum dos principais temas pelos quais se tem ocupado a ética desde o início. Começa com a importância da formação do carácter pessoal, continua ocupando-se das condições para ser um bom profissional e para constituir sociedades decentes, e conclui com a relação entre as exigências de justiça e a busca da felicidade no ser humano. Para esse repassar, serve-se das grandes doutrinas filosóficas, desde Aristóteles até às propostas mais recentes da ética dos cuidados ou da ética do reconhecimento.

Cada capítulo acaba com resposta diferente, mas breve, à mesma pergunta: para que serve a ética? Por exemplo, a resposta do capítulo segundo é: a ética serve "para tentar formar um bom carácter, que aumente a probabilidade de sermos felizes e justos, ajudando a estimar e optar pelos melhores valores" (p. 46). O conjunto das respostas é uma magnífica sinopse sobre a importância da ética.

A proposta de Adela Cortina presta mais atenção à dimensão social da ética do que à pessoal, embora também se ocupe dela. O livro não pretende ser um tratado de ética, mas chamar a atenção sobre a sua relevância social. Por isso, não se centra nas questões sobre os fundamentos da ética. Mas, como não podia ser de outra forma, o seu ensaio revela-nos as coordenadas básicas da sua proposta ética. Por exemplo, ao assegurar que "ninguém pode descobrir por sua conta o que é o justo, pois necessita de o averiguar com os outros" (p. 156) reconhece, ao mesmo tempo, a objetividade das exigências de justiça e a necessidade dos outros para chegar a conhecê-las.

Os bons livros de ética não se limitam a mostrar-nos o que é o justo e o bom; convidam também a fazer o bem. Nessa linha, o livro de Adela Cortina não só contribui para que compreendamos melhor o que é a ética, como nos persuade a procurar a excelência pessoal, profissional e cívica.

V. B. C.

